ATA Nº 20/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 07/08/2026

Às 14 h do dia 07/08/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Semanal "Focus" do Banco Central do dia 31/07/2026;
Item 02 – Avaliação do cenário macroeconômico, da carteira de investimentos do Fundo de Previdência;
Item 03 – Definição do índice a ser utilizado para aplicação dos recursos a receber até o dia 10/08/2026;
Item 04 – Aplicação dos recursos a receber relativos ao pagamento de cupons de juros semestrais do Fundo CI Caixa Brasil 2028 X TP RF RL, CNPJ: 50.470.807/0001-66.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	**Para o ano de 2027:**
IPCA – Diminuição	IPCA – Estabilidade
PIB (% de crescimento) – Estabilidade	PIB (% de crescimento) – Diminuição
Taxa de câmbio (R$/US$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R$/US$) – Diminuição
Taxa Selic (Final do período) – Diminuição	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Estabilidade
IPCA Administrados (%) – Diminuição	IPCA Administrados (%) – Estabilidade
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Aumento	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade

De acordo com o Boletim Focus, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi reduzida para 5,03%, ante 5,12% na semana anterior. Já a estimativa para o IPCA de 2027 se manteve em 4,22%. A perspectiva para o crescimento do PIB em 2026 permaneceu em 1,99%. Para 2027, a expectativa de aumento do PIB foi reduzida de 1,60% para 1,57% de uma semana para outra. A estimativa para o fechamento do câmbio da relação R$/US$ para 2026 permaneceu em R$ 5,20. Para 2027, a precificação do dólar diminuiu de R$ 5,29 para R$ 5,28. A projeção para a taxa Selic ao final de 2026 foi reduzida para 13,75% a.a., ante 14% a.a. na semana anterior. Em 2027, ainda se espera que a Selic alcance o nível de 12% a.a. A perspectiva para a variação do IGP-M de 2026 diminuiu de 5,42% para 4,54%. A projeção para o IGP-M de 2027 ficou estável em 4,16%. A estimativa para o IPCA administrados de 2026 foi reduzida de 5% para 4,93%. Já para 2027, a projeção de alta nos preços administrados permaneceu em 3,90%. A expectativa de Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2026 aumentou para 69,90% do PIB, ante 69,80% do PIB na semana anterior. Para 2027, a projeção de DLSP se manteve em 73,40% do PIB. **Item 02 –** A carteira de investimentos do Fundo de Previdência apresenta a seguinte composição: **CDI – 55,46%; IPCA+Juros – 19,28%; IMA-B – 7,88%; IRF-M – 12,99%** e **IRF-M1 – 4,39%**. Na última semana, a curva de juros futuros cedeu. Nos Estados Unidos, segundo o relatório *Jolts* (Pesquisa de Vagas de Emprego e Rotatividade de Pessoal), as vagas de emprego em aberto em junho diminuíram 178 mil, para 7,359 milhões, quando a previsão era de 7,4 milhões de postos não preenchidos. O relatório da *Automatic Data Processing* (ADP) evidenciou que o setor privado abriu 44 mil vagas de trabalho em julho, abaixo da estimativa de 75 mil. De acordo com o *Payroll* (folha de pagamento), os EUA perderam 23 mil postos de trabalho não agrícola em julho, ante expectativa de criação de 80 mil vagas; e os meses anteriores foram revisados para baixo. Na semana passada, o *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA) havia mantido a taxa básica de juros em 3,50% a 3,75% a.a., mesmo com a dissidência de três dirigentes, que votaram por uma elevação de 0,25 ponto percentual. Após os dados de emprego, as pressões por uma elevação em setembro se reduziram – a probabilidade recuou de 55% para 40%, segundo a ferramenta *CME FedWatch*. A composição desses dados, porém, não forneceu uma direção clara para o mercado de qual deverá ser a próxima decisão de política monetária, sendo que os índices de inflação, que serão divulgados na próxima semana, terão papel decisivo para o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC). No Brasil, houve criação de 145.161 postos de trabalho com carteira assinada no mês de junho, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A taxa de desemprego recuou para 5,4% no trimestre encerrado em junho, menor nível da série para o

período, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. A população ocupada chegou a 103,1 milhões, um recorde que representa um mercado de trabalho ainda aquecido, apesar dos sinais de desaceleração, e uma barreira aos efeitos restritivos da política monetária, com a composição do emprego trazendo um impacto misto aos preços da economia: desemprego baixo e queda da subutilização confirmam riscos à inflação de serviços; enquanto ausência de aceleração de salários e concentração da expansão na administração pública e nos postos informais reduzem o risco de uma nova pressão salarial generalizada. A dívida pública federal subiu 2,61% em junho, atingindo R$ 9,268 trilhões. A dívida do setor público consolidado alcançou 81,9% do PIB, o equivalente a R$ 10,8 trilhões, aproximando-se do recorde atingido na pandemia (82,6% do PIB). Pelo cálculo padrão do Fundo Monetário Internacional (FMI), a dívida atingiu 95,8% do PIB em junho. O endividamento, impulsionado pelo aumento nos gastos públicos, tem causado pressão sobre a taxa de juros, ao passo que o mercado exige uma maior remuneração dado o risco fiscal. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2023 já havia recomendado que países da América Latina e Caribe reduzissem sua dívida para cerca de 46% a 55% do PIB, de modo a aumentar a confiança dos investidores e possibilitar a redução dos juros. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado estimou que o governo precisa registrar superávits primários acima de 2% do PIB para tentar conter o crescimento da dívida e proporcionar queda nos juros. Por outro lado, a desaceleração da inflação e calibragem das expectativas, fez com que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central cortasse em 0,25 p.p. a taxa Selic, levando-a para 14% a.a. O consenso do mercado já precificava este corte, e o colegiado, como também esperado, não forneceu nenhuma orientação sobre a próxima decisão em seu comunicado – a ata da reunião será publicada apenas na semana que vem. Na renda variável, o IBOV já cai 1,38% nesse início de agosto até o dia 06/08/2026, quando fechou em 175.546 pontos. No ano, o índice ainda apresenta retorno positivo de 9,35%. Quanto à avaliação da carteira de investimentos, esta se encontra adequadamente diversificada. Os índices que a compõe são, majoritariamente, de curto prazo, não submetendo os recursos do Instituto a risco excessivo; alguns deles (IRF-M e IMA-B), porém, possuem certa volatilidade ante a incertezas no cenário econômico, mas, ao mesmo tempo, compõem a estratégia de diversificação também para os próximos anos, quando o Boletim Focus traz uma expectativa de queda da taxa de juros básica da economia. **Item 03** – Em relação aos valores a receber até o dia 10/08/2026, referentes ao aporte para amortização do passivo atuarial, o Comitê de Investimentos recomenda à Gestora de Recursos a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP RL, cujo *benchmark* é o CDI, de modo a manter a prudência na alocação dos recursos. Quanto aos recursos de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, o Comitê sugere a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., em conta de fluxo financeiro, para recomposição de parte do montante necessário para o pagamento da folha de benefícios previdenciários. **Item 04 –** Em relação aos valores a serem creditados referentes ao pagamento de cupons de juros semestrais do Fundo Caixa Brasil 2028 X TP RF RL, o Comitê sugere a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP RL em conta destinada aos recursos de aporte preestabelecido para amortização do déficit atuarial, em linha com o objetivo de manter a carteira conservadora diante de incertezas do mercado financeiro. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata, é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	Em férias
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 18/08/2026

De acordo: 07/08/26

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 21/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 18/08/2026

Às 14 h, do dia 18/08/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, na presença da Gestora de Recursos Financeiros, em conjunto com o representante da empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda., Sérgio Stifelmann, o qual participou de forma remota, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS de Julho/2026, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;

Item 02 – Avaliação da composição atual da carteira de investimentos;

Item 03 – Avaliação do parecer técnico emitido pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda. acerca do Ofício Circular DCF n.º 26/2026 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Resoluções:

Item 01 – A reunião foi iniciada, com o presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, passando a palavra ao representante da Empresa Gestor Um Consultoria para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente a julho de 2026. Iniciando sua apresentação, Sérgio Stifelmann destacou o resultado da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, que auferiu rentabilidade de 1,17% em julho, ante uma meta atuarial de 0,51% para o mês. Para Sérgio, no fechamento de julho, os preços dos títulos públicos tiveram aumento em todas as *durations*, com destaque para os de vencimento com prazos mais curtos. As leituras mais recentes dos índices de inflação indicaram uma conversão do IPCA para dentro da limite de tolerância da meta anual, derrubando a curva de juros nos vencimentos mais curtos. Em contraste, os juros futuros estadunidenses seguiram subindo, apesar das leituras de inflação mais moderada nos Estados Unidos e em alguns países europeus. A combinação de El Niño historicamente severo, restrições logísticas decorrentes da guerra no Oriente Médio e fortes investimentos em infraestruturas de inteligência artificial vem pressionando os custos de produção globalmente, especialmente nos EUA e na Europa. Em sentido contrário ao que se verificou no mês anterior (junho), quando o petróleo experimentava uma forte queda, a cotação da *commodity* voltou a subir no mercado internacional, estabilizando em torno de US$ 80,00 o barril do tipo *brent*. Este e outros fatores levaram alguns membros do *Federal Reserve* (*Fed*, banco central americano) a votarem pela elevação da taxa de juros dos EUA na reunião do início de agosto, elevando a probabilidade percebida pelo mercado de haver de fato um aumento da taxa de juros no país em breve. Mesmo assim, esta probabilidade seguirá baixa no curto prazo, tendo em vista a leitura benigna dos índices de preços e mercado de trabalho mais recentes. Desta forma, a questão geopolítica será determinante para esta balança pender definitivamente para um dos lados. Neste contexto, a economia brasileira segue como vencedora relativa no mercado internacional. Os termos de troca dos produtos brasileiros seguem favoráveis, mesmo com a reincidência das tarifas no mercado estadunidense, enquanto o real tornou-se uma das moedas mais valorizadas frente ao dólar nos últimos meses. Adicionalmente, as leituras mais recentes da inflação brasileira mostram que os preços e o mercado de trabalho estabilizaram. A manutenção dos altos juros pelo Banco Central (atualmente o maior juro real do mundo, mesmo com a redução de 0,25 ponto percentual da Selic na reunião do início de agosto) é um fator determinante para este comportamento, dado que os canais de crédito vêm demonstrando arrefecimentos importantes em boa parte das modalidades. Diante disso, o Banco Central não deixou sinais claros do rumo para a Selic nas próximas reuniões, o que poderá indicar uma manutenção em 14% a.a. até o fim de 2026, ou discretas reduções a depender da evolução dos dados macroeconômicos. No que tange o ambiente político, a disputa eleitoral de outubro segue em aberto, com pouca margem de diferença entre os principais candidatos (Lula e Flávio Bolsonaro). Os índices de preços dos títulos públicos tiveram performances mistas em julho, sendo o destaque positivo os índices de *durations* mais curtas. O IRF-M1 e o IMA-B5 subiram 1,26% e 1,24% no mês, respectivamente,

Rua André Marques, nº 820, Loja 102, Centro, CEP 97010-040, Santa Maria – RS
Fone: 3220-0378, e-mail: investimentosipassp@gmail.com

enquanto o IRF-M1+ e o IMA-B5+ subiram apenas 0,70% e 0,75% no mesmo período. No acumulado de 2026, o CDI é o índice de renda fixa com melhor performance, de 8,14%. O Ibovespa voltou a subir na medição mensal (3,47%), com performance acumulada de 10,47% em 2026. **Item 02** – Finalizada a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de julho/2026, os membros do Comitê de Investimentos passaram a avaliar a atual composição da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, a qual apresenta a seguinte distribuição: **CDI – 55,86%; IPCA+Juros – 19,08%; IMA-B – 7,86%; IRF-M – 12,83%; e IRF-M1 – 4,36%.** Quanto a avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra com uma diversificação adequada, com uma composição predominante em índices de curto prazo, especialmente, o CDI. Os índices mais voláteis, IRF-M e IMA-B, além de proporcionar diversificação, representam uma posição estratégica ante a expectativa de queda dos juros nos próximos anos. **Item 03** – Foram analisadas as considerações expostas no parecer técnico da empresa Gestor Um acerca do Ofício Circular DCF n.º 26/2026 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS). Constatou-se que as aplicações não devem ser julgadas apenas por um parâmetro isolado (taxa de administração do fundo), mas por diversos critérios, que, mesmo sendo objetivos, devem ser conjugados para buscar a melhor rentabilidade ajustada ao risco para os recursos do RPPS. Tendo isso em vista, o Comitê passou a analisar os fundos de investimentos que compõem sua carteira, comparando-os com fundos similares (mesmos *benchmark,* enquadramento, prazos para cotização e liquidação, por exemplo) que foram credenciados pelo Instituto, de Instituições Financeiras classificadas como Segmento 1 – S1 e Segmento 2 – S2, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN). Ponderou-se também limitadores desses instrumentos, como aplicação mínima inicial e montante para permanência. Dessa forma, verificou-se, de forma geral, que os fundos de investimentos em que o RPPS mantém recursos atendem aos critérios recomendados no Ofício Circular DCF n.º 26/2026, restando ajuste pontual de realocação. Assim, o Comitê recomenda à Gestora de Recursos Financeiros a abertura de nova conta na Caixa Econômica Federal, a qual deverá ser destinada a movimentação de recursos da Taxa de Administração. Adicionalmente, sugere que o montante aplicado no Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC, CNPJ: 04.857.834/0001-79, na conta 62794-1 do Banco do Brasil, seja resgatado e transferido para a nova conta da Caixa Econômica Federal, para aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP RL, CNPJ: 11.061.230/0001-87, tendo em vista o menor custo com taxa de administração desse fundo e maior potencial de rentabilidade – inclusive apresentado em períodos passados. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	Em férias
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 26/08/2026

De acordo: 18/08/26.

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

Rua André Marques, nº 820, Loja 102, Centro, CEP 97010-040, Santa Maria – RS
Fone: 3220-0378, e-mail: investimentosipassp@gmail.com

ATA Nº 22/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 26/08/2026

Às 14 h do dia 26/08/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório "Focus" Semanal do Banco Central do dia 21/08/2026;
Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência do IPASSP-SM, bem como definição dos recursos para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de agosto/2026;
Item 03 – Aplicação dos recursos de contribuições dos servidores, com recebimento até 05/09/2026;
Item 04 – Aplicação dos recursos a receber referentes ao Parcelamento de Débitos Previdenc. em 31/08/26.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando as informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	**Para o ano de 2027:**
IPCA – Estabilidade	IPCA – Aumento
PIB (% do crescimento) – Diminuição	PIB (% do crescimento) – Estabilidade
Taxa de câmbio (R$/US$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R$/US$) – Aumento
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Diminuição
Preços Administrados (%) – Diminuição	Preços Administrados (%) – Diminuição
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Aumento

De acordo com o Boletim Focus, a projeção dos agentes em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 ficou estável em 5,02%. Para 2027, a expectativa de aumento no índice de preços subiu, de 4,24% para 4,25% de uma semana para outra. A perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2026 foi reduzida para 1,95% nesta semana, ante 1,98% na semana anterior. Já para 2027, os agentes mantiveram a expectativa de crescimento do PIB em 1,50%. A expectativa para o fechamento do câmbio em 2026 permaneceu em uma relação R$/US$ de 5,20. Para 2027, foi elevada a precificação do dólar, de R$ 5,29 para R$ 5,30. Em relação a taxa de juros básica da economia, as projeções para a Selic terminal em 2026 e 2027 permaneceram em 13,75% e 12% a.a., respectivamente. A expectativa para o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em 2026 caiu para 4,55%, ante 4,71% na semana anterior. Para 2027, houve redução na perspectiva de IGP-M, para 4,09%, ante 4,10% na semana anterior. Em relação ao IPCA administrados, a projeção para 2026 indica redução para 4,69%, ante 4,70% na semana anterior. Para 2027, o mercado reduziu a estimativa de alta nos preços administrados de 3,87% para 3,86%. Acerca da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao PIB, a expectativa para 2026 foi mantida em 69,90%. Para 2027, a projeção de DLSP foi elevada para 73,54% do PIB, ante 73,40% na semana anterior. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência, apresenta a seguinte composição: **CDI – 56,10%**; **IPCA+Juros – 18,92%**; **IMA-B – 7,84%**; **IRF-M – 12,81%** e **IRF-M1 – 4,34%**. Na última semana, a curva de juros futuros apresentou oscilações mais leves, com pequeno recuo nos vértices curtos e aumento nos longos. Nos Estados Unidos, após perdas inesperadas de empregos em julho, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) avançou 0,1% e seu núcleo teve alta de 0,2%. Em 12 meses, o índice sobe 3,4%. Antes dos dados, o mercado estimava uma probabilidade de 46% de aumento da taxa de juros na reunião do *Federal Reserve* (*Fed*, banco central dos EUA) de setembro, mas o ligeiro aumento enfraqueceu o argumento a favor dessa elevação. Todavia, espera-se que os preços acelerem em agosto, refletindo a alta do petróleo, e que o emprego se recupere com a diminuição de distorções sazonais. O Índice de Preços ao Produtor (PPI) ficou estável em julho, ante expectativa de aumento de 0,1%, aumentando a projeção do mercado de manutenção dos juros; embora, em 12 meses, o índice acumule alta de 4,7%. O núcleo do indicador avançou 0,2%, abaixo dos 0,3% esperados, mas cresce 4,2% em 12 meses. O Índice de Gerentes de Compras (PMI) composto preliminar, por sua vez, subiu de 54,5 em julho para 56 em agosto, o maior nível em 52 meses, surpreendendo analistas que projetavam queda a 54,3 e voltando a gerar dúvidas acerca da manutenção dos juros americanos. No Brasil, a arrecadação federal bateu recorde para o mês de julho, atingindo R$ 289,3 bilhões. A atividade econômica aquecida impulsionou o aumento das receitas advindas da tributação de rendas do trabalho e do setor corporativo. O alívio fiscal,

porém, é temporário, e analistas alertam para a dependência de receitas extraordinárias e se preocupam com o ritmo de aumento de despesas obrigatórias, que vêm crescendo acima da taxa de expansão da economia. De acordo com o 115º Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) da Instituição Fiscal Independente (IFI), o aumento da arrecadação tem sido consumido mais que proporcionalmente pela elevação dos gastos públicos. Entre janeiro e julho, a receita do governo avançou 6%, mas as despesas subiram 6,3%, gerando um déficit de R$ 81,2 bilhões no acumulado do ano. Há previsão de que a meta de resultado primário será formalmente cumprida, mas apoiada por deduções de R$ 62,8 bilhões, nos cálculos do Executivo, ou R$ 69,8 bilhões, nas projeções da IFI – sem essas exclusões haveria um déficit de 0,4% do PIB. Assim, para estabilizar a dívida bruta, a IFI alerta ser necessário um ajuste nas contas públicas de 2,1% do PIB. Na renda variável, o Ibovespa voltou a cair, fechando aos 174.577 pontos, no dia 25/08/2026. A queda no mês é de 1,92%; no ano, porém, o retorno ainda é positivo em 8,35%. Quanto à avaliação das aplicações da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra adequadamente diversificada, não havendo necessidade de realocações no momento. A composição predominante em fundos cujo *benchmark* é o CDI corroboram a posição conservadora do IPASSP-SM. Ao mesmo tempo, os índices mais voláteis, IRF-M e IMA-B, tendem a proporcionar uma rentabilidade adicional à carteira em se concretizando as expectativas do Boletim Focus de queda dos juros para os próximos anos. Em relação ao resgate para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de agosto/26, o Comitê de Investimentos sugere ao Gestor de Recursos Substituto o resgate total dos recursos aplicados no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP RL da conta de fluxo financeiro, cujo montante, em 25/08/2026, se encontrava em R$ 5.172.519,17. Adicionalmente, caberá ao Poder Executivo efetuar o repasse dos recursos para complementar o montante necessário para o pagamento dos benefícios previdenciários. Quanto ao resgate necessário para cobrir a folha de pagamento de servidores ativos do IPASSP-SM, o Comitê recomenda o resgate do Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC FIF RL, vinculado à taxa de administração. **Item 03 –** Quanto aos recursos previdenciários de contribuição dos servidores e eventuais repasses de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, recebidos até o dia 05/09/26, o Comitê sugere aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., vinculado à conta de fluxo financeiro, a fim de recompor parte dos valores para pagamento da folha de benefícios. Em relação aos recursos recebidos referentes à Taxa de Administração, recomenda-se a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., vinculado à conta nº 000565444462-0 da Caixa Econômica Federal. Em relação a eventuais recursos que porventura venham a ser recebidos antes da próxima reunião, referentes a aportes preestabelecidos para amortização do déficit atuarial, sugere-se a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., vinculado à conta de aportes, de modo a manter a prudência na aplicação dos recursos. **Item 04 –** Em relação aos recursos advindos do parcelamento de débitos das contribuições previdenciárias suplementares em forma de aporte (Lei Municipal n.º 7.160/2026), a receber até o dia 31/08/2026, no montante de R$ 1.051.738,71, recomenda-se que sejam aplicados no Fundo Caixa Topázio Corp. RF Ref DI LP RL, vinculado à conta de aportes. Nada mais a constar, encerra-se a ata, que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CG INV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CG INV I	Em férias
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CG INV I	

Próxima Sessão Ordinária: 09/09/2026

De acordo: 26/08/26

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I